

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.791.242 - RO (2019/0008245-5)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE : MARIA FERREIRA**  
**ADVOGADO : WAGNER APARECIDO BORGES E OUTRO(S) - RO003089**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**RECORRIDO : ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PROCURADOR : SEITI ROBERTO MORI E OUTRO(S) - RO000215B**  
**RECORRIDO : MUNICIPIO DE VILHENA**  
**ADVOGADO : CARLOS EDUARDO MACHADO FERREIRA E OUTRO(S) - RO003691**

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por MARIA FERREIRA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, assim ementado:

"Recurso de apelação. Ressarcimento ao erário. Acumulação de cargos públicos incompatíveis. Inconstitucionalidade. Dano ao erário. Recurso não provido.

1. Evidenciada nos autos a inconstitucionalidade de acumulação indevida de cargos públicos, os quais não se adequam à exceção admitida pelo artigo 37, inciso XVI, da CFRB, bem como a não adequada prestação dos serviços a cada um dos entes, deve ser mantida incólume a sentença que julgou procedente a pretensão de ressarcimento aos cofres públicos.

2. Recurso a que se nega provimento" (fl. 573e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **c**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta dissídio jurisprudencial, sustentando que "para a configuração do ilícito é necessária a existência do dolo, da má-fé, da vontade de causar dano ao erário e, nesse sentido, também é necessária a existência de má-fé do servidor para a devolução ao erário de valores recebidos de forma indevida" (fl. 599e).

Por fim, requer "seja conhecido e provido o presente Recurso Especial, acolhendo-o por dissenso pretoriano", "a fim de afastar a condenação da Recorrente a devolução de valores, com a inversão do ônus da sucumbência" (fl. 599e).

Contrarrazões a fls. 650/652e e 656/658e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 662e).

A irresignação não merece conhecimento.

O conhecimento do Recurso Especial pela alínea **c** exige a indicação de qual dispositivo legal teria sido objeto de interpretação divergente, sob pena de incidência da Súmula 284/STF.

Nesse sentido, "é impossível conhecer do especial interposto com

fundamento na alínea 'c' do permissivo constitucional, pois, mesmo nestes casos, é necessária a indicação do dispositivo da legislação infraconstitucional federal sobre o qual recai a divergência, sob pena de atração da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal, por analogia (fundamentação deficiente)" (STJ, REsp 1.198.424/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/4/2012).

Ademais, o Tribunal de origem, com base no exame dos elementos fáticos dos autos, consignou que "os fatos narrados demonstram, por si, (...) d) a má-fé da parte quando do recebimento dos valores, posto ser de conhecimento do homem médio ser o recebimento de vencimentos uma contraprestação por serviços prestados" (fl. 578e).

Nesse contexto, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, os argumentos utilizados pela parte recorrente somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

I.

Brasília (DF), 03 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora